

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 19 de abril de 2021 às 07h37
Seleção de Notícias

O Globo | BR

Marco regulatório | INPI

Covid-19: EMS tenta suspender patente de anticoagulante 3
ECONOMIA | MARIANA BARBOSA

Folha de S.Paulo | BR

Patentes

Mônica Bergamo 5
MÔNICA BERGAMO | MÔNICA BERGAMO

Folha.com | BR

18 de abril de 2021 | Marco regulatório | INPI

Técnicos do Inpi sugerem anulação de patente dada a remédio com canabidiol 7

O Globo Online | BR

Patentes

A quebra de patentes e o esforço para ampliar a oferta de vacinas 8
PODCAST | O GLOBO

Blog Capital - O Globo Online | BR

18 de abril de 2021 | Marco regulatório | INPI

EMS tenta suspender na Justiça patente de anticoagulante usado no tratamento da covid-19 9
PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Covid-19: EMS tenta suspender patente de anticoagulante

ECONOMIA



Segunda vez. Em novembro, a farmacêutica já havia tentado suspender a patente do Xarelto

Farmacêutica entra na Justiça para derrubar proteção a medicamento usado no tratamento. Pedido foi feito após decisão de ministro do STF sobre mudança na lei

MARIANA BARBOSA

A farmacêutica EMS entrou na Justiça com pedido de liminar para que a patente do anticoagulante Rivaroxabana, comercializada pela alemã Bayer sob a marca Xarelto, seja suspensa. Medicamentos anticoagulantes têm sido usados no tratamento para combater a Covid-19. A **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**) já incluiu o Rivaroxabana em uma lista de substâncias que precisam de autorização prévia para serem exportadas.

Embora siga protegida nos EUA, a patente do Xarelto foi suspensa na Índia em janeiro deste ano. Na Europa, foi dada autorização para a comercialização do genérico Rivaroxaban Accord em novembro passado.

Esta não é a primeira vez que a EMS tenta derrubar a patente da Bayer na Justiça. Em novembro do ano passado, quando a Bayer ganhou uma extensão da validade da patente com base no artigo 40 da Lei de Pro-

priedade Industrial, a empresa entrou com pedido na 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro, mas não obteve sucesso.

O novo pedido foi feito no dia 9 de abril, dois dias depois do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF) conceder liminar a favor da inconstitucionalidade do artigo 40, nos autos da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 5529, que teve seu julgamento suspenso.

As **patentes** de invenção têm prazo de vigência de 20 anos no país. O tempo começa a contar a partir do momento que a empresa registra o pedido no **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**).

'DIREITO À SAÚDE'

O artigo 40 prevê, porém, que o prazo de proteção do produto a partir da concessão da patente pelo **INPI** não pode ser inferior a dez anos. Como existem casos em que o período de análise do instituto leva até uma década, a proteção acaba sendo prorrogada para garantir a regra dos dez anos a partir do fim da tramitação no **INPI**. Hoje, 46,6% das patentes vigentes no país estão amparadas neste dispositivo que prorroga o prazo de proteção, segundo levantamento do escritório de advocacia Licks com base em dados do **INPI**.

No pedido, a EMS diz que o ministro Toffoli viu no artigo 40 violação à Constituição em pontos como segurança jurídica, função social da propriedade intelectual, eficiência da administração pública, livre concorrência e defesa do consumidor.

Continuação: Covid-19: EMS tenta suspender patente de anticoagulante

"O prolongamento indevido dos prazos de patente reveste-se de caráter injusto e inconstitucional, por privilegiar o interesse particular em detrimento da coletividade, impactando de forma extrema a prestação de serviços de saúde pública no país e, conseqüentemente, contrariando o direito constitucional à saúde", argumenta o advogado Sérgio Bermudes no pedido.

Mônica Bergamo

MÔNICA BERGAMO

Mônica Bergamo

NADA SEI

Um questionário feito pela Pastoral Carcerária Nacional com familiares de pessoas presas, advogados, agentes pastorais e servidores do sistema prisional mostra que 83% dos entrevistados não têm informações sobre a vacinação contra a Covid-19 nos presídios brasileiros.

Minoria

Apenas 1% diz que as pessoas privadas de liberdade estão sendo ou já foram vacinadas, e 16% afirmam que seus conhecidos serão imunizados.

Na escuridão

Dos respondentes, 29% dizem que a administração das unidades não fornece quaisquer informações sobre os detentos, contra 27,8% que afirmam serem informados pelos órgãos.

Escuridão 2

"As secretarias de administração penitenciária da maioria dos estados não estão sendo transparentes nas medidas que têm tomado para combater a pandemia, deixando a população que necessita dessas informações desamparada" conclui o relatório da Pastoral.

Queixas

O questionário contabilizou 620 respostas de quase todos os estados, exceto Tocantins e Sergipe. Também foram registrados relatos sobre a falta do uso de máscara por agentes penitenciários e de locais em que as cartas semanais trocadas entre presos e familiares foram limitadas a uma lauda a cada 15 dias.

Um passo atrás

O colegiado técnico de segunda instância do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (fnpi) sugeriu anular a **concessão** de patente à farmacêutica Prati-Donaduzzi de um medicamento contendo canabidiol.

Dúvida

O parecer foi emitido após três petições contestarem a inventividade do fármaco, que é composto por canabidiol, óleo de milho, adoçante, antioxidante, aromatizante e conservante. Quando o processo começou a tramitar no fnpi, entidades já apontavam uma tentativa de monopólio de produtos à base da substância da maconha no Brasil.

Espera

As partes envolvidas têm até junho deste ano para se manifestar sobre o parecer dos técnicos do fnpi. A decisão final cabe ao presidente do órgão. Procurada, a Prati-Donaduzzi não quis se manifestar.

Câmera, ação

O cineasta Josias Teófilo, que já fez um filme sobre o guru bolsonarista Olavo de Carvalho, gravou depoimento do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro, para seu próximo documentário, "Nem Tudo se Desfaz". O encontro ocorreu na terça (13), em Brasília.

Linha do tempo

A obra, que deve ser lançada em junho, mostra os desdobramentos das manifestações de 2013 que culminaram na eleição de Bolsonaro à Presidência.

Bolso

Continuação: Mônica Bergamo

O centro de cultura e acolhimento de LGBTQs Casa x Lança, nesta segunda (19), uma campanha de financiamento coletivo para ampliar a entrega de cestas básicas a pessoas em situação de vulnerabilidade na capital paulista. Desde o começo da epidemia, a Casa 1 já distribuiu 5.000 cestas básicas e 10 mil máscaras.

Bolso

O governo do Rio Grande do Sul vai montar um grupo de trabalho para estudar a criação de uma linha de investimento para o setor audiovisual gaúcho, que deve ser lançada ainda neste ano. A ideia é reunir representantes de diferentes pastas do governo.

Freio

O tema foi tratado em reunião na quinta (15) entre o governador Eduardo Leite (PSDB), a secretária Beatriz Araújo (Cultura) e o diretor do Instituto Estadual de Cinema, Zeca Brito.

Urna

O deputado federal Vinícius Poit (Novo-SP) vai se lançar como pré-candidato ao governo de São Paulo pela sua legenda na eleição do ano que vem.

Suspensão

A deputada estadual Erica Malunguinho (PSOL) pe-

de a suspensão da medida do governo de São Paulo que classifica o funcionamento de escolas como atividade essencial, elevando a pressão pela reabertura. Segundo a parlamentar, não houve amplo debate antes que a norma fosse editada. A solicitação foi feita por meio de projeto de decreto legislativo.

Na orelha

O ator Thomás Aquino, que interpreta o personagem Pacote no filme "Bacurau" estreia como intérprete em podcasts na produção "Sons & Drinques", da B9. O programa será lançado na sexta-feira (23), no Spotify.

com Bruno B. Soraggi, Bianca Vieira e Victoria Azevedo

-

QUARENTENA

O cantor Mariano postou selfie brincando: "Desci pra academia pra treinar, mas não treinei".

A atriz Sophie Abrahão compartilhou foto com sua "companhia de treino".

A também atriz Bianca Rinaldi publicou vídeo se alongando

Técnicos do Inpi sugerem anulação de patente dada a remédio com canabidiol

O colegiado técnico de segunda instância do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**Inpi**) sugeriu anular a **concessão** de patente à farmacêutica Prati-Donaduzzi de um medicamento contendo canabidiol.

DÚVIDA

O parecer foi emitido após três petições contestarem a inventividade do fármaco, que é composto por canabidiol, óleo de milho, adoçante, antioxidante, aromatizante e conservante. Quando o processo começou a tramitar no **Inpi**, entidades já apontavam uma tentativa de monopólio de produtos à base da

substância da maconha no Brasil.

ESPERA

As partes envolvidas têm até junho deste ano para se manifestar sobre o parecer dos técnicos do **Inpi**. A decisão final cabe ao presidente do órgão. Procurada, a Prati-Donaduzzi não quis se manifestar.

QUARENTENA

com **BRUNO B. SORAGGI**, **BIANKA VIEIRA** e **VICTORIA AZEVEDO**

A quebra de patentes e o esforço para ampliar a oferta de vacinas

PODCAST

Ainda em 2020, a África do Sul e a Índia, aliados do Brasil no Brics, apresentaram um pedido ao conselho de **propriedade** intelectual da Organização Mundial do Comércio (OMC), para de insumos, vacinas e equipamentos médicos para combater a Covid-19. A suspensão seria mantida até que a maioria da população mundial estivesse vacinada. O pleito conta com o apoio de outras 55 nações pobres ou em desenvolvimento. No último dia 15, um grupo de 60 ex-líderes mundiais, entre eles o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, se associou à iniciativa e . Mas os Estados Unidos, assim como outros países ricos, como Reino Unido e Suíça, que abrigam matrizes de grandes farmacêuticas, resistem à ideia Segundo os **laboratórios**, a suspensão de licenças desestimula os investimentos em inovação, sem os quais seria impossível produzir vacinas contra o coronavírus em menos de um ano. Em meio ao impasse,

o Brasil se posicionou e se alinhou aos EUA e à Europa. Agora, no entanto, o Itamaraty para que a OMC mobilize as nações e acelere a capacidade mundial de produção de vacinas. No Ao Ponto desta segunda-feira, Paulo Buss, ex-presidente e atual coordenador do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz, explica o que está em jogo na batalha pelos direitos de **propriedade** intelectual de produtos farmacêuticos durante a pandemia.

Publicado de segunda a sexta-feira, às 6h, nas principais plataformas de podcast e no site do GLOBO, o Ao Ponto é apresentado pelos jornalistas Carolina Morand e Roberto Maltchik, sempre abordando acontecimentos relevantes do dia. O episódio também pode ser ouvido na página de . Você pode seguir a gente em , , .

EMS tenta suspender na Justiça patente de anticoagulante usado no tratamento da covid-19

PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Reprodução | Reprodução

A farmacêutica EMS entrou na Justiça com pedido de liminar para que a patente do anticoagulante Rivaroxabana, comercializada pela alemã Bayer sob a marca Xarelto, seja suspensa. O anticoagulante é recomendado como tratamento no combate à covid-19 tanto pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como pela **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**).

Embora siga protegido nos EUA, a patente do Xarelto foi suspensa na Índia em janeiro deste ano. Na Europa, foi dada autorização para a comercialização do genérico Rivaroxaban Accord em novembro passado.

Esta não é a primeira vez que a EMS tenta derrubar a patente da Bayer na Justiça. Em novembro do ano passado, quando a Bayer ganhou uma extensão da validade da patente com base no artigo 40 da Lei de Propriedade Industrial, que garante a extensão de patentes até a conclusão da análise do pedido pelo **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**), a empresa entrou com pedido na 25ª Vara Federal do

Rio de Janeiro, mas não obteve sucesso.

O novo pedido foi feito no dia 9 de abril, dois dias depois do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF) conceder liminar a favor da inconstitucionalidade do artigo 40, nos autos da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 5529, que teve seu julgamento suspenso.

No pedido, a empresa diz que o ministro Toffoli viu no art. 40 violação à Constituição em pontos como segurança jurídica, função social da propriedade intelectual, eficiência da administração pública, livre concorrência e defesa do consumidor. "O prolongamento indevido dos prazos de **patente** reveste-se de caráter injusto e inconstitucional, por privilegiar o interesse particular em detrimento da coletividade, impactando de forma extrema a prestação de serviços de saúde pública no país e, conseqüentemente, contrariando o direito constitucional à saúde", argumenta o advogado Sergio Bermudes no pedido.

Farmacêuticas aguardam decisão do STF sobre patentes para lançar medicamentos genéricos

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3, 7, 9

Marco regulatório | Anvisa
3, 9

Patentes
3, 5, 7, 8, 9

Propriedade Intelectual
8